



Anhanguera

## Parte 1

- Apresentação da Atividade 1;
- Teoria na qual será baseada a resolução da Atividade 1;

## Parte 2

- Início da resolução da Atividade 1 em grupo.

## **Apresentação da Atividade 1**

1. Levante um balanço patrimonial após cada uma das operações abaixo
  - a. O acionista constituiu a companhia e integralizou seu capital social no valor de R\$ 10.000.
  - b. Compra a vista de um terreno no valor de R\$ 3.500
  - c. Aquisição a prazo de mercadorias no valor de R\$ 2.000
  - d. Aumento do capital social com um edifício no valor de R\$ 5.000

# Atividade 1

- e. Venda a prazo de 30% das mercadorias pelo preço de custo
- f. Aquisição a vista de máquinas no valor de R\$ 4.000
- g. Recebimento total do valor proveniente das vendas das mercadorias
- h. Recebimento de um empréstimo bancário no valor de R\$ 6.000
- i. Pagamento da obrigação com o fornecedor
- j. Compra a vista de ações de outras sociedades no valor de R\$ 1.800
- l. Pagamento de 20% do empréstimo

# Forma da entrega

- ✓ Folha de papel
- ✓ Em sala de aula
- ✓ Em grupo com até 05 alunos

Data da entrega: **08/09/2015**

## Identificação da atividade

- Assunto: **Atividade 1 – Operações de Balanço Patrimonial**
- Nome dos componentes do grupo
- RA dos componentes
- Série: 5<sup>a</sup> ou 6<sup>a</sup> SI
- Disciplina: Contabilidade e Custo

# **Teoria na qual se baseia a resolução da Atividade 1**

**“Contabilidade gerencial – Processo de produzir informação operacional e financeira para funcionários e administradores. O processo deve ser direcionado pelas necessidades informacionais dos indivíduos internos da empresa e deve orientar suas decisões operacionais e de investimentos.”(1)**

**“A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões”(2)**

**Fontes:**

(1) I. Atkinson, Antony A. II. Banker, Rajiv D. III. Kaplan, Robert S. IV. Young. S. Mark. – Contabilidade Gerencial – Editora Atlas- 2000 – pág. 36

(2.) Marion, José Carlos - Contabilidade Empresarial - 6ª. Edição - São Paulo - Atlas – 1997 - Pág. 27



Conforme definição da Resolução CFC ( Conselho Federal de Contabilidade ) no. 750/93:

Art. 1º - Constituem Princípios Fundamentais da Contabilidade ( PFC ) os enunciados por esta resolução:

Parágrafo 1º - A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade ( NBC ).

Parágrafo 2º - Na aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade a situações concretas, a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais.

**Para a contabilidade dados são as expressões numéricas dos fatos ocorridos.** Sem uma adequada organização acumulam-se como um emaranhado de apontamentos que podem levar às mais diversas conclusões. Tem a norma de apenas registrar fatos ocorridos, desconsiderando atos. **Atos não alteram a situação patrimonial de uma empresa. Seus registros são objetivos, retratando os fatos e seus efeitos à medida que realmente acontecem.**

As informações que a Contabilidade processa são expressas basicamente em dois relatórios, quais sejam:

- Balanço Patrimonial
- Demonstrativo de Resultados do Exercício

Desses poderão ser gerados outros relatórios:

- Demonstrativo de Mutação do Patrimônio Líquido (DMPL)
- Demonstrativo de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A obrigatoriedade ou não da elaboração desses relatórios dependerá da constituição jurídica da empresa.

As Notas Explicativas, apresentadas junto com os demonstrativos, devem apresentar: (Lei 6404/76 Lei das S.A.s)

“§ 5o As notas explicativas devem:

- I - apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;
- II - divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras; e
- III - fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada.”

## Princípio da Entidade:

Conforme definição da Resolução CFC ( Conselho Federal de Contabilidade ) no. 750/93:

Art. 4º - O Princípio da Entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Parágrafo único – O Patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

## Princípio da Competência: (CFC 750/93)

O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.



## Princípio da Prudência:

**O Princípio da Prudência** é a base para a avaliação dos elementos patrimoniais. Conforme definição da Resolução CFC ( Conselho Federal de Contabilidade ) no. 750/93:

Art. 10º - O Princípio da Prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

Parágrafo 1º - O Princípio da Prudência impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Parágrafo 2º - Observado o disposto no art. 7º, o Princípio da Prudência somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do Princípio da Competência.

Parágrafo 3º - A aplicação do Princípio da Prudência ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável.

## Princípio da Continuidade:

Conforme definição da Resolução CFC ( Conselho Federal de Contabilidade ) no. 750/93:

Art. 5º - A Continuidade ou não da entidade, bem como sua vida definida ou provável, deve ser considerada quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

Parágrafo 1º - A Continuidade influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da entidade tem prazo determinado, previsto ou previsível.

Parágrafo 2º - A observância do Princípio da Continuidade é indispensável à correta aplicação do Princípio da Competência, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.



## Princípio do Registro pelo Valor Original – Valor de Entrada:

Conforme definição da Resolução CFC ( Conselho Federal de Contabilidade ) no. 750/93:

Art. 7º - Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da entidade.

Parágrafo único. Do Princípio do Registro pelo valor original resulta:

I – a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes;

II – uma vez integrado no patrimônio, o bem, direito ou obrigação não poderão Ter alterado seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais;

III – o valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, inclusive quando da saída deste;

IV – os Princípios da Atualização Monetária e do Registro Pelo Valor Original são compatíveis entre si e complementares, dado que o primeiro apenas atualiza e mantém atualizado o valor de entrada;

V – o uso da moeda do País na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos.



## Princípio da Oportunidade:

Conforme definição da Resolução CFC ( Conselho Federal de Contabilidade ) no. 750/93:

Art. 6º - O Princípio da Oportunidade refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com extensão correta, independentemente das causas que se originaram.

Parágrafo único. Como resultado da observância do Princípio da Oportunidade.

- I - previsto, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência;
- II - o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários;
- III - o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da entidade, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.

Balanço Patrimonial é o conjunto de Bens, Direitos e Obrigações de uma determinada empresa em uma determinada data:

Empresa ABC ___/___/___	
<b>BENS</b>  <b>E</b>  <b>DIREITOS</b>	<b>OBRIGAÇÕES</b>
<b>Aplicações de Recursos</b>	<b>Origens de Recursos</b>

Conclui-se então que **a toda Origem cabe uma Aplicação**, ou seja por exemplo, um determinado empréstimo obtido junto à uma instituição financeira é uma Origem de Recursos representada pela obrigação assumida junto à instituição financeira ao mesmo tempo em que o dinheiro recebido e depositado na conta da empresa é Aplicação representada pelo direito obtido. A convenção das Partidas Dobradas trouxe, da matemática, a fórmula prática de registro para garantir que a igualdade se processe. Diz a convenção:

**A um ou mais débitos correspondem um ou mais créditos de igual valor.**

# Balanço Patrimonial

Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido	
Caixa	100	Passivo	
Contas a receber	200	Fornecedores a pagar	150
Estoque	300	Empréstimos a pagar	250
Terreno		Total do passivo	<u>400</u>
400		Patrimônio Líquido	
		Capital social	
		430	
		Lucros acumulados	170
		Total do patrimônio líquido	<u>600</u>
Total geral	1.000	Total geral	1.000

**Balanco patrimonial:** diz respeito a situação Patrimonial de uma determinada empresa em uma determinada data. É uma posição estática, como uma fotografia.

Para empresas diferentes teremos diferentes posições de Bens, Direitos e Obrigações, assim como também serão diferentes as posições de uma mesma empresa em momentos distintos.

Exemplificando, imagine que somos proprietários de um navio de cruzeiros marítimos e que, em 31/12/X1 estamos levando um grande número de passageiros para a comemoração do Ano Novo em alto mar. Neste momento dispomos de vários Bens (o navio e outros), Direitos (as parcelas da viagem que os passageiros devem e outros) e obrigações (salários dos funcionários e outros).

No primeiro minuto de 01/01/X2, durante a comemoração, o navio afunda.

Já não temos mais o navio como um Bem, temos uma série de indenizações à pagar e não acredito mais na realização dos direitos oriundos dos clientes.

## Classificação das contas no Balanço Patrimonial

As contas são classificadas no Balanço obedecendo ao critério de grau de liquidez. **No caso do grupo de Bens e Direitos o grau de liquidez representa a capacidade de realização da conta.** As contas situadas na parte superior são as mais realizáveis, ou seja, são aquelas que se transformam mais rapidamente em dinheiro. Quanto mais rápida a realização da conta, mais acima ela estará no Balanço Patrimonial.

**No caso do grupo de Obrigações o grau de liquidez representa a exigibilidade da conta, ou seja, a exigência da obrigação ser paga.** As contas situadas na parte superior são as mais exigíveis. Quanto mais exigível, mais acima ela estará no Balanço Patrimonial.



## Classificação das contas no Balanço Patrimonial

Um desmembramento da definição anterior é que Bens e Direitos podem ser realizáveis ou não realizáveis, ou seja, a natureza da conta tem ou não propósito de transformação em dinheiro.

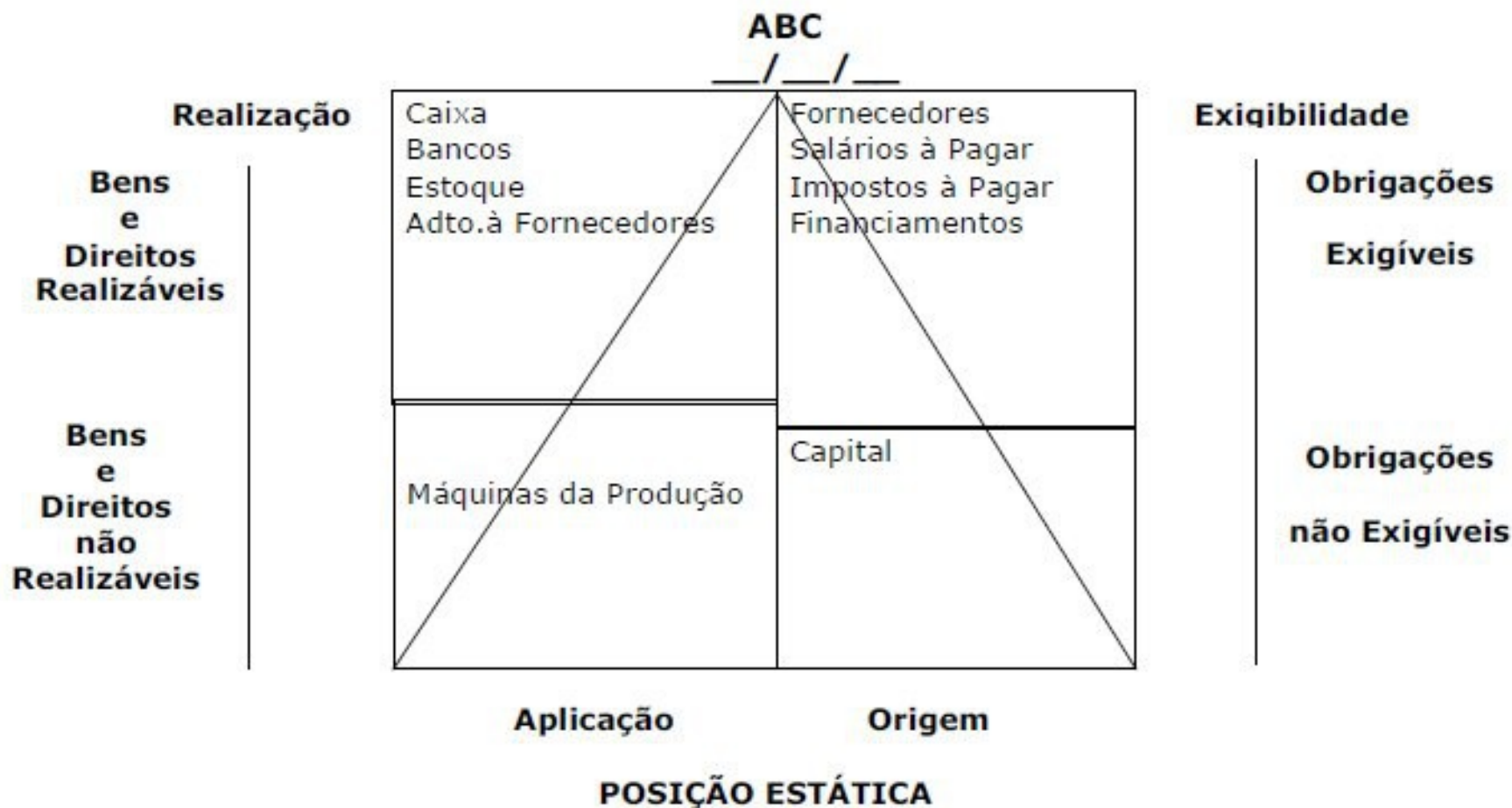
Por exemplo, uma máquina que utilizo para produzir o meu estoque é um Bem, mas não tem a característica intrínseca de realização pois, se vendido, prejudicarei a minha operação principal.

As obrigações também têm característica de exigível e não exigível ficando no primeiro grupo somente aquelas Obrigações que deverão ser pagas para a própria continuidade da empresa. Por exemplo, o capital colocado por um sócio representa para ele um investimento de risco e portanto, para a empresa uma obrigação não exigível.

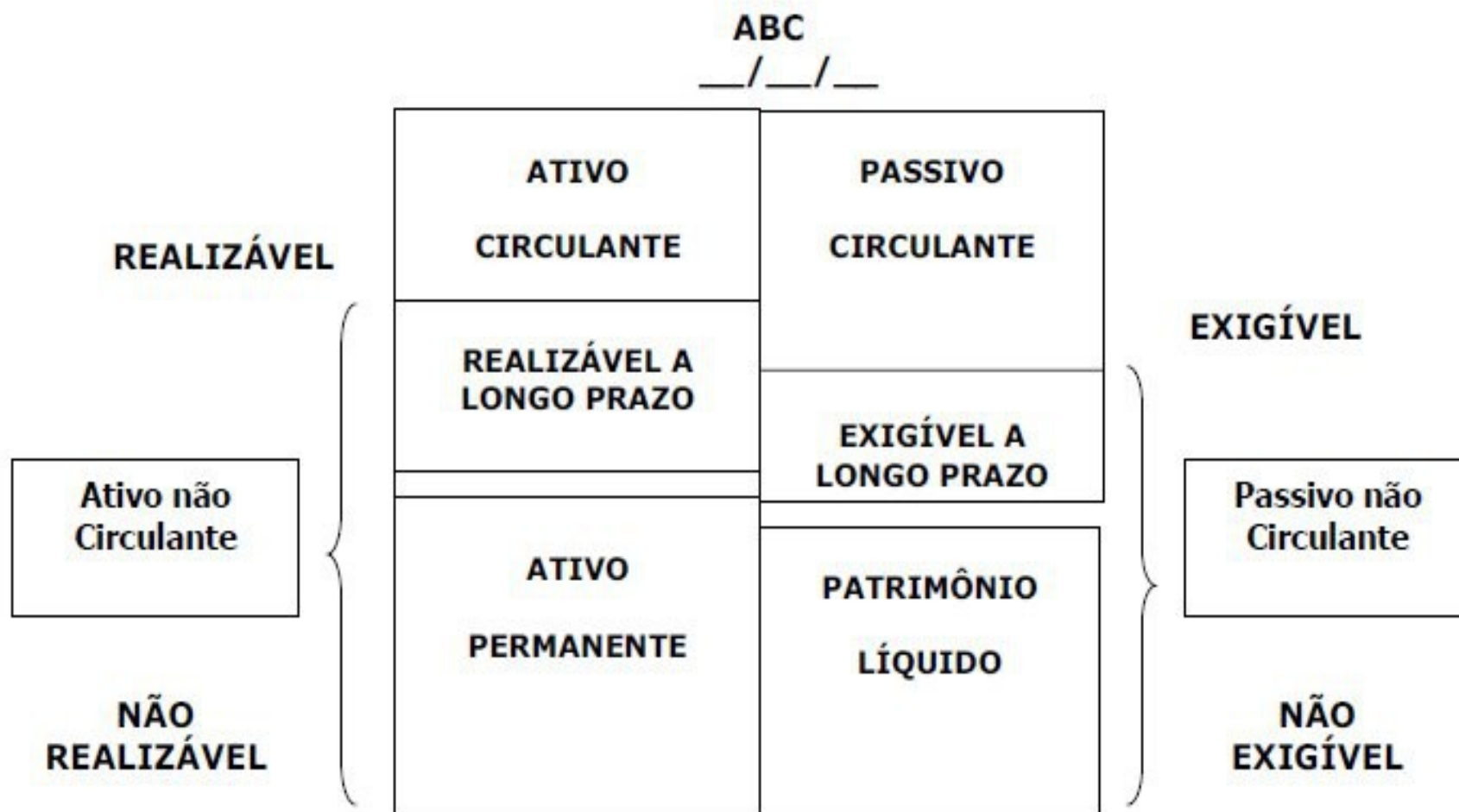


# Contabilidade e Custo

Exemplo de classificação de contas em um Balanço Patrimonial:



# Contabilidade e Custo



**Ativos**, genericamente são todos os **Bens e Direitos**, realizáveis ou não realizáveis, que incorporam o Patrimônio da empresa.

**Passivos**, genericamente são as **Obrigações Exigíveis** da empresa.

**Patrimônio Líquido** (também denominada Situação Líquida) são as **Obrigações não Exigíveis** da empresa.

Considerando o Patrimônio Líquido, os proprietários da empresa estão assumindo um risco consciente quando adquirem participação nesta. A remuneração depende de resultado positivo e adequada gestão que possibilite gerar saldo após o cumprimento das Obrigações Exigíveis. Assim, a Obrigação para com os proprietários não é exigível, sendo prioridade honrar obrigações para com Terceiros.

$$\text{Equação Fundamental da Contabilidade:} \\ \text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido}$$

A Lei 6.404/76(Lei das S.A.) considera a seguinte equação:  
$$\text{Ativo} = \text{Passivo}$$

O Passivo a Descoberto reforça a ideia desta separação, reafirmando a posição Contábil.

Definimos Passivo a Descoberto quando não existe bens e direitos, realizáveis ou não, (Ativo) suficientes para cobrir as obrigações para com terceiros (Passivo). Nesta situação, para fazer frente às obrigações devo considerar que o Patrimônio Líquido é um direito da empresa para com sócios, mudando a equação mas mantendo as propriedades, como segue:

$$\text{ATIVO} - \text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO} = \text{PASSIVO}$$

(equação válida no caso de Passivo a Descoberto)

Plano de Contas é o elenco de contas utilizado para registrar todos os eventos patrimoniais da empresa.

Como exemplo examinemos as contas Estoque, Créditos a Receber, Impostos a Pagar e Financiamento:

**Estoque** é um Ativo, Bem supostamente realizável, a um valor que o mercado lhe atribua, por vezes menor que aquele pago pela empresa. Deve ser avaliado pelo custo (valor pago) ou mercado, dos dois o menor.

**Créditos a Receber** é um Ativo, Direito supostamente realizável, subordinado a adimplência do devedor (cliente). Se esgotado os recursos de recebimento, de parte ou todo do valor, devemos manter em registro somente a parcela realmente realizável.

**Impostos a Pagar** são componentes do Passivo, Obrigação exigível, por um valor que será pago por vezes agregado de multa e juros de mora por atraso. Assim deverá ser registrado o valor total da obrigação e não somente o original.

**Financiamento** é um Passivo, Obrigação exigível pelo valor que acumula até a data de fechamento do Balanço. Assim, contratado por um valor original, agrega juros a cada mês que passa, aumentando o total da obrigação. Um mês depois de contratado, se não efetuar qualquer amortização, terá um valor exigível maior tendo em vista que para ser liquidado teríamos que pagar agora o original mais juros.

## Operações e considerações básicas para um Balanço Patrimonial:

- O lado direito (ATIVO) e esquerdo (PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO) têm de somar o mesmo valor
- Vale o princípio das “partidas dobradas”, ou seja, para cada lançamento a débito ou a crédito corresponde um lançamento inverso, se foi débito terá um correspondente crédito e se foi um crédito terá um correspondente débito, do mesmo valor
- Para as contas do ATIVO:
  - Para aumentar DEBITA
  - Para diminuir CREDITA
- Para as contas do PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO:
  - Para aumentar CREDITA
  - Para diminuir DEBITA



## Operações e considerações básicas para um Balanço Patrimonial:

- O fator determinante para a apropriação da **base de curto ou longo prazo é o ciclo operacional ou exercício social, dos dois o maior**. Daí conclui-se que qualquer Bem, Direito ou Obrigação com realização ou exigibilidade em um prazo inferior ao exercício social será sempre considerado como curto prazo.
- O ciclo operacional é o período compreendido entre a compra da matéria-prima, a elaboração do produto, sua venda e o recebimento desta. A ordem pode ser outra (o recebimento, por exemplo, pode ser antecipado) mas o ciclo deve ser completo.

Efetue os seguintes lançamentos no Balanço Patrimonial:

1. Integralização de Capital no valor de 5.000,00.
2. Aquisição de Estoque no valor de 3.000,00 a serem pagos no próximo mês.
3. Aquisição de uma máquina para produção, com início imediato no valor de 15.000,00 a serem pagos nos próximos cinco meses.

# Operações Contábeis

ABC  
\_\_/\_\_/\_\_ 1.

Banco	5.000,00	
	5.000	
		0
		Capital 5.000,00
	0	5.000
	5.000	5.000

**Origem** de recursos de capital próprio, ou seja, de proprietários, não exigível. Esta conta de obrigação é denominada Capital(ou **Capital Social**, **Capital Subscrito** ou **Capital Próprio**). **Aplicação** de recursos em direitos próprio, realizáveis, direitos representados pela conta **Banco Conta Movimento**. Se o proprietário da empresa entrega dinheiro para a empresa a conta de Aplicação será um Bem denominada **Caixa**.

$$A = P + PL$$

$$A = 5.000$$

$$P = 0 \Rightarrow 5.000 = 0 + 5000$$

$$PL = 5.000 \Rightarrow 5.000 = 5.000$$

# Operações Contábeis

ABC		2.	
__/__/__			
Banco	5.000,00	Fornecedor	3.000,00
Estoque	3.000,00		
	8.000		
			3.000
		Capital	5.000,00
	0		5.000
	8.000		8.000

**Origem** de Recursos de Terceiros representado pela obrigação exigível que a empresa assume junto ao Fornecedor. A conta exclusiva para obrigação de compra de Estoque é **Fornecedores**. **Aplicação** de Recursos em Bem realizável denominado **Estoques**.

$$A = P + PL$$

$$A = 8.000$$

$$P = 3.000 \Rightarrow 8.000 = 3.000 + 5000$$

$$PL = 5.000 \Rightarrow 8.000 = 8.000$$

Obs.: Atente que Estoque está abaixo de Bancos pois este é menos Realizável.

# Operações Contábeis

ABC  
\_\_/\_\_/\_\_ 3.

Banco	5.000,00	Fornecedor	3.000,00
Estoque	3.000,00	C/Pag.	15.000,00
	8.000		
Imobilizado	15.000,00		18.000
		Capital	5.000,00
	15.000		5.000
	23.000		23.000

**Origem** de Recursos de Terceiros, exigível. Veremos mais a frente que esta obrigação pode ser lançada como **Contas à Pagar** ou **Financiamento**.

**Aplicação** de Recursos em um Bem que a empresa adquire em caráter permanente (não realizável), sem intenção de venda, para auxílio na obtenção de seu produto fim. Esta conta, como veremos com mais detalhes a frente, classifica-se como Imobilizado.

$$A = P + PL \quad A = 23.000 \quad P = 18.000$$

$$\Rightarrow 23.000 = 18.000 + 5.000 \quad PL = 5.000 \Rightarrow 23.000 = 23.000$$

## Exemplo - Balancete de Verificação

De acordo com o Balancete de verificação abaixo fornecido, monte o balanço patrimonial e descubra o saldo da conta Imóveis de Uso.

• Fornecedores	30,00	Basta alocar cada uma das contas no Balanço Patrimonial, acompanhada de seu respectivo saldo. Considerando que o Balancete de Verificação é a expressão de um Balanço Patrimonial e que este último é sempre um relatório de igualdade, partimos da equação fundamental ( <b>A = P + PL</b> ) para obter o saldo faltante <b>X</b> .
• Capital	20,00	
• Contas a Receber	40,00	
• Banco	20,00	
• Salários a Pagar	10,00	
• Aluguéis a Pagar	60,00	
• Imóveis de Uso	X	

# Operações Contábeis

**Solução:**

CONTA	GRUPO	EQUAÇÃO FUNDAMENTAL
Fornecedores	Origem de Recursos - Obrigação Exigível	Passivo
Capital	Origem de Recursos - Obrigação não Exigível	Patrimônio Líquido
Contas a Receber	Aplicação de Recursos - Direito Realizável	Ativo
Banco	Aplicação de Recursos - Direito Realizável	Ativo
Salários à Pagar	Origem de Recursos - Obrigação Exigível	Passivo
Aluguel à Pagar	Origem de Recursos - Obrigação Exigível	Passivo
Imóveis em Uso	Aplicação de Recursos - Bem não realizável	Ativo

# Operações Contábeis

ABC		___/___/___			
ATIVO	Banco	20,00	Fornecedores	30,00	PASSIVO
	C/Receber	40,00	Salarios a Pagar	10,00	
			Alug.a Pagar	60,00	
		60,00		100,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	Imóveis de Uso	X = 60,00	Capital	20,00	
		60,00		20,00	
		120,00		120,00	

Através da Fórmula Fundamental, obtemos o valor de X:

$$\begin{aligned} A &= P + PL & 60 + X &= 100 + 20 \\ X &= 120 - 60 \\ X &= 60 \end{aligned}$$



## **Resolução da Atividade 1 em grupo**